

Entre memórias e identidades (étnicas)¹

Between memories and (ethnic) identities

Maria Catarina Chitolina Zanini²

cmzanini@terra.com.br

Resumo. Este artigo tem por objetivo efetuar algumas reflexões sobre os processos de construção das memórias e das identidades étnicas. Partindo-se de pesquisa etnográfica realizada de 1997 a 2001, na região central do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), pretende-se compreender como se desenvolvem os processos de reivindicação de pertencimento “italianos” e de que forma as memórias interagem com tais mecanismos.

Palavras-chave: identidade étnica, memórias, italianos, origens, etnicidade.

Abstract. This paper aims to reflect on some specific relations between the process of constructing memories and that of constructing ethnic identities. Springing from ethnographic research carried out between 1997 and 2001 in the central region of the state of Rio Grande do Sul (Brazil), our objective is to understand how the process of reclaiming Italian belonging is developed and how memories interact with such mechanisms.

Key words: ethnic identities, memories, Italians, origins, ethnicity.

¹ Este artigo foi apresentado em forma de *paper* na 25ª Reunião da Aba (Associação Brasileira de Antropologia), ocorrida em Goiânia, de 11 a 14 de junho de 2006. Foram nele incluídas observações e sugestões advindas deste processo de exposição.

² Mestre em Antropologia Social, pela UnB. Doutora em Antropologia Social pela USP. Professora da UFSM. Pesquisa grupos étnicos, especialmente italianos.

Este artigo tem por objetivo lançar algumas reflexões acerca das relações que podem se estabelecer entre memórias e identidades étnicas. Não são reflexões conclusivas, são, antes, grandes questionamentos e pequenos discernimentos oriundos de pesquisa empírica. Partindo de estudo etnográfico, procuro problematizar, mesmo que brevemente e de forma localizada, algumas das complexas ligações que se estabelecem na construção das memórias e das formas de pertencimento italianas na região central do estado do Rio Grande do Sul. Esse grupo me convidou a penetrar nos domínios das construções das trajetórias individuais e coletivas de “descendente”, “gente de origem” e suas narrativas do passado.

Os domínios das memórias se apresentaram para mim como um desafio para o qual eu não estava preparada. Tive de refazer meu itinerário de pesquisa e de abordagem, mudança que só uma etnografia de longo prazo poderia me possibilitar. Foram anos de convívio intenso com alguns descendentes, esporádico com outros, conversas curtas com uns, meses de “prosa” com outros. Enfim, não estabeleci critérios sobre o desejo de falar sobre “as origens”³. Talvez para aqueles antropólogos mais familiarizados com a temática das memórias, muitas das inquietações levantadas por mim neste artigo possam ser triviais, contudo, as rupturas provocadas por estas em minha carreira profissional foram

³ Pesquisa, aliás, retomada em 2006.

marcantes. As identidades sociais, após a “iniciação” nessa forma narrativa específica, não foram por mim compreendidas da mesma forma que haviam sido até então. Consegui, depois de uma certa imersão nesse tipo de discursividade, entrever muitos níveis de complexidades e articulações que me eram despercebidos ou classificados de outra forma quanto ao grupo que estudava. A situacionalidade das identidades sociais foi experimentada por mim ao máximo, deixando perceber o quanto este ainda é um tema poderoso nas ciências sociais e o quanto as tensões indivíduo/sociedade possibilitam inúmeras leituras e interpretações⁴.

Minha etnografia teve início em 1997, na zona urbana de Santa Maria, quando investigava o florescimento do que denominei de um movimento étnico de revitalização da italianidade. A pesquisa se centrava nas entidades italianas e em seus membros, grande parte pertencente às classes médias e altas locais e com um nível de escolaridade elevado. Contudo, após quase dois anos de convívio com esses descendentes, fui sendo levada, pelas próprias redes que o trabalho de campo me disponibilizava, para outras formas de vivência e de reivindicação de pertencimento menos elaboradas discursivamente, mas com um forte apelo sentimental. Eu estava sendo introduzida nos universos familiares, convivendo com pessoas de classes sociais distintas, de *status* diferenciado e podendo, assim, ampliar meu conhecimento sobre o processo migratório local e as reivindicações de italianidade⁵. Apesar de alguns pesquisados serem descendentes dos mesmos emigrados, as trajetórias se distinguiam e as memórias sobre as origens também. Perguntava-me: O que seria “verdadeiro” e o que seria “fabulação”? Por um longo tempo, considerei que minha pesquisa não fornecia alguns dados “conclusivos”, que, por vezes, eram-me cobrados por estudiosos locais acerca de determinados eventos ocorridos na colonização e nas primeiras décadas do século XX, já que eu estava “tão intensamente” pesquisando descendentes e solicitando a ajuda deles para a pesquisa.

As narrativas se pareciam muito quanto aos eixos narrativos, mas se distinguiam quanto a datas e acontecimentos no interior das famílias. Era como se houvesse uma base comum sobre a qual se delineavam contornos próprios. Mas, essa base comum, qual sua origem, se é que haveria? E por que era sempre recorrente? Respondia-me que, enquanto antropóloga, o que deveria focalizar era a importância de tais narrativas memorialistas na vida cotidiana das pessoas com as quais eu convivia e

não sua estrutura argumentativa e a fidedignidade de suas cronologias⁶. Foi assim, entrecruzando a importância do lembrar e do passado migrantista que melhor pude compreender a construção das italianidades locais, múltiplas também. A identidade étnica de italiano era uma identidade referenciada na “origem”. E a origem estava sedimentada, além de em relações de consangüinidade, parentesco e afinidades, basicamente, em memórias. Era uma construção ampla, múltipla e que se processava partindo do passado do pioneiro migrante.

Desde o início da pesquisa, os aspectos acima expostos desafiavam minha sensibilidade antropológica. Por que os descendentes efetuavam a constante invocação do passado? Para se autodefinirem, necessitavam estar, constantemente, fazendo vinculações com seus antepassados migrantes, narrando-me eventos e se certificando de que eu era conhecedora deles e de sua importância. Suas existências, valores, estilo de vida e sentimentos atuais não se explicavam sem a leitura rememorativa de certos eventos específicos. As construções identitárias eram, em grande parte, construções de memórias também, pois demarcavam um nós/descendente comparado a eles, os antigos. Compreendi que, para investigar os descendentes de imigrantes italianos, necessitava compreender melhor esse processo, mesmo que este não fosse um dos objetivos centrais de minha pesquisa naquele momento. O foco inicial de meu estudo era compreender a trajetória de constituição da italianidade na região central do Rio Grande do Sul, entender a construção de pertencimento e suas fronteiras adscritivas. Mas logo fui avisada de que não conseguiria fazê-lo sem entender várias histórias, a da Itália, a do Rio Grande do Sul, a história local e, especialmente, as narrativas sobre os entrecruzamentos de todas elas da forma como eram efetuados pelos descendentes.

Após um certo período de campo, consegui detectar o que denominei de eixos narrativos pelos quais a identidade étnica era invocada: a travessia, a colonização, o período do Estado Novo e suas repressões e os últimos anos, quando se introduziu uma nova discursividade positivada acerca da italianidade. Essas recorrências também me inquietavam: por que uma autoconstrução linearizada e por que começava na travessia? Foi ao tentar responder essas questões que percebi a importância dos agentes de memória locais: padres, intelectuais, romancistas, radialistas etc. Eram eles que estavam emprestando aos descendentes uma certa visão “oficializada” do processo migratório local. A linearidade,

⁴ Pude dizer, como Santos (1998, p.151-152), que “o sentido de continuidade e permanência presente em um indivíduo ou grupo social ao longo do tempo depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra”.

⁵ Esta pesquisa culminou em minha tese de doutoramento defendida em 2002 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP.

⁶ Foi em Halbwachs que encontrei alento. Diz ele: “Tanto é verdade que os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo” (1990, p.66).

marcada por eventos (Sahlins, 1990), demarcava pequenas (ou grandes) rupturas nas construções identitárias. Contudo, para além da constatação dessa recorrência discursiva, procurei, ao longo dos anos de pesquisa etnográfica, compreender como os descendentes se apropriavam e atribuíam significados específicos a tais narrativas. Isso se dava nos domínios domésticos, nos quais cada família, seguindo uma ordem cronológica tida como aceitável, encaixava seus itinerários e suas trajetórias de vida e definia coloridos, cenas, aromas, cheiros, nascimentos e mortes nas narrativas. Foi nesse momento específico que compreendi, de fato, o que significa “construir memórias” e os ciclos de vida que se entrecruzavam nessa empreitada, que é individual e coletiva ao mesmo tempo.

Outro momento marcante de minha pesquisa etnográfica ocorreu durante a transmissão da novela *Terra Nostra* pela Rede Globo de televisão, quando, então, tive que retomar várias entrevistas, pois a linearidade das narrativas oscilava entre aquela que era oficializada em nível local e aquela emprestada pelas cenas televisivas. Não que os descendentes locais aceitassem a versão “Global” sem ressalvas, mas no início da novela, especialmente nas cenas sobre a travessia, o impacto foi muito forte, fazendo com que as cenas do drama se mesclassem com as cenas que haviam criado em suas memórias sobre aqueles episódios. A novela, embora concebida como ficção, parecia receber o designativo de haver mostrado os fatos “como realmente tinham acontecido”, especialmente no que se referia à travessia. O lirismo das cenas, a beleza da fotografia, dos cenários e das músicas penetraram nos imaginários locais. A etnografia foi fortemente marcada pela novela, tanto que tive que criar instrumentos de pesquisa que me possibilitassem pensar isoladamente seu processo de recepção⁷. O que era veiculado no capítulo pela noite se tornava assunto de campo no dia seguinte. A carga emotiva de muitas dessas entrevistas foi grande. A novela se transformou num agente rememorador e alcançou todas as classes sociais, gêneros, faixas etárias, grupos rurais e urbanos. A verossimilhança oferecida pela novela fazia com que as memórias fossem recoloridas, recolocadas, encaixadas numa tonalidade diferente daquela dada até então. Para mim, esse processo foi extremamente revelador, pois me mostrou a força dos meios de comunicação, no caso a televisão, na construção das memórias. A novela permitia a partilha em grande alcance, como se narrar o passado fosse algo do cotidiano, de modo que até não descendentes davam pareceres sobre os personagens e seus destinos na trama, o

que me deixava claro o forte papel reflexivo deste tipo de trama. Foram também enfatizados, por meio da novela, sentimentos presentes entre os descendentes, tais como o respeito aos mortos (e à morte), mostrado na travessia, o medo do desconhecido, a fome, o abandono, as incertezas e o receio de que as famílias se desfizessem na ruptura migratória. Se, por um lado, os aspectos positivos desse tipo de recepção midiática são grandes, uma vez que possibilitam a partilha de memórias, por outro lado, não se pode negligenciar o quanto podem gerar distorções nas leituras “sobre o passado”. Os descendentes, contudo, como receptores atentos e criativos, souberam dialogar com a novela e seus estereótipos e personificações. A novela permitiu, de certa forma, um autoconhecimento identitário e criou fronteiras entre “os italianos de lá”, presentes no vídeo e “os italianos daqui”.

Compreendo os descendentes de italianos locais como grupos étnicos, na medida em que se percebem como pertencentes a uma origem distinta daquela dos demais brasileiros e reivindicam tal distinção conforme suas “opções” e necessidades interativas. Concordo com Seyferth ao assinalar que, senão todos, ao menos parte dos descendentes de imigrantes “se constitui como grupos étnicos numa sociedade brasileira essencialmente pluralista” (1990, p. 8). São grupos que, além de se perceberem como distintos, também são percebidos pelos demais como portadores de diferença (Barth, 2000). Entre os acontecimentos vividos pessoalmente ou aqueles “vividos por tabela” (Pollak, 1992), foram muitas as narrativas que o processo de pesquisa possibilitou sobre a construção das diferenças. Frente a mim, pesquisadora, pessoas estavam se construindo discursivamente também. Trajetórias de vida ali expostas estavam adquirindo linearidade e sentido. A pesquisa me alertou para o importante papel que o antropólogo tem também como agenciador de memórias (e identidades), pois, enquanto relação entre pessoas, as narrativas foram troca, partilha e, sem sombra de dúvida, delegação à ouvinte de uma responsabilidade imensa.

O processo migratório local

A imigração italiana para a região central do Rio Grande do Sul teve início em 1877/78⁸. Os primeiros imigrantes italianos locais rumaram para a Colônia Silveira Martins, tendo sido instalados em barracões e, posteriormente, direcionados a seus lotes de terras. Foi uma migração familiar, majoritariamente do norte da Itália. Eram,

⁷ Apliquei questionários nos cursos de italiano de Santa Maria visando a comparar esses dados com os que estava coletando em pesquisa etnográfica, pois foi um período que exigiu muita cautela de minha parte, bem como reflexão sobre a força dos agentes de memórias contemporâneos nas construções sobre o passado. Foi quando percebi que necessitava compreender melhor os processos de construção das memórias. Esse percurso está publicado em *artigo* encaminhado à XXIX Anpos no ano de 2005, denominado *Assistir, ler, ouvir e narrar: a influência da televisão (e da imprensa) nas construções identitárias étnicas*, no GT Migrações internacionais, identidades, culturas e direitos.

⁸ No estado do Rio Grande do Sul, a imigração italiana em massa começa em 1875, quando os primeiros imigrantes são encaminhados à região da serra, criando-se as três primeiras colônias: Princesa Isabel, Conde D'Eu e Caxias.

em sua maioria, camponeses pobres que seguiam para a América na expectativa de melhores condições de vida. Eram também, majoritariamente, católicos e analfabetos⁹. Os primeiros relatos autobiográficos do cotidiano dessa imigração foram registrados por Julio Lorenzoni (1975) e Andréa Pozzobon (1997). Ambas obras foram publicadas *a posteriori* pelos descendentes e merecem destaque devido à qualidade das narrativas e ao precioso relato cotidiano do processo migratório.

Julio Lorenzoni era um jovem vêneta de 14 anos quando sua família decidiu migrar. Em suas memórias está traçado todo um quadro dos momentos pré-migração, a força dos agentes, especialmente religiosos, que incentivavam a migração nos vilarejos italianos e os sentimentos presentes entre aqueles que migravam. Seu retrato da travessia é muito revelador do mundo europeu nas últimas décadas do século XIX, em que um campesinato empobrecido se ressentia da proletarianização e da urbanização, almejando com a migração uma possibilidade de sobrevivência econômica e cultural. A família de Andréa Pozzobon era originária de Carpenedo. Seu relato, num tom mais intimista que o de Lorenzoni, deixa abertos os caminhos interpretativos para se compreender algumas mudanças no cenário das individualidades naquele contexto migratório. Andréa tinha uma certa cultura letrada, o que lhe permitiu registrar com riqueza o processo migratório que viveu. São, ambas, obras extremamente interessantes, escritas em primeira pessoa e repletas de informações cotidianas acerca das relações sociais que se estabeleceram em nível local.

Do ponto de vista nacional, há que se observar que a política migratória brasileira para o período visava ao branqueamento da população e elegia migrantes que fossem “portadores de cultura” compatível ou afim com a cultura nacional, além de “trabalhadores agrícolas eficientes” (Borges Pereira, 1987, p. 232). Para historiadores como Caio Prado Júnior, a questão da imigração europeia e o final da escravidão estariam intimamente ligados, sendo que ambos fariam parte da grande transformação do regime de trabalho no país (1987, p. 183). Do ponto de vista da Itália, a emigração também foi um ótimo negócio, como bem salientado por Ianni (1963), em seu estudo denominado *Homens sem paz*. Interesses de atração e de repulsão se encontravam num cenário de mudanças culturais, econômicas e de valores. A América se apresentava aos italianos empobrecidos como a possibilidade de se tornarem proprietários ou ascenderem socialmente, sonho pelo qual se empenharão fervorosamente, seja como proletários em São Paulo ou como colonos proprietários no sul do país.

Nós e os “antigos” – as memórias em construção

Durante a pesquisa, observei que o “eu” descendente se constituía partindo da linha de ascendência italiana que, em verdade, na contemporaneidade, tem sido reivindicada de forma regionalizada como vêneta, lombarda, friulana, trentina etc. Era fortemente marcado pelo valor simbólico e adscritivo do sangue, mas não só. Os descendentes, apesar de manipularem suas identidades de “italianos” conforme lhes convinha, como foi por mim muitas vezes observado na convivência com eles, procuravam deixar claro nas discursividades sobre si o quanto a italianidade era algo que estaria muito intrinsecamente marcado neles, como um emblema. Emblema este que transitava entre a natureza e a cultura. Como já salientado, são construções discursivas sobre o ser italiano e, em especial, o ser italiano ideal, aquele das construções baseadas nos antepassados. O antepassado ideal, geralmente corajoso, trabalhador, empreendedor, religioso, humilde, abnegado, era também exaltado pela sua capacidade de vencer as adversidades, fossem naturais ou psicológicas. Era um herói civilizador em que repousava a força da ancestralidade:

Mas imagina se não tinham dificuldades!?! Dificuldade eles acham que agora é que tem dificuldade, dificuldade tinham naquela época (Beatrice, descendente, 70 anos).

Em obra escrita por vários descendentes sobre os imigrantes da IV Colônia, o pioneiro é exaltado pela sua forma simples de ser:

Alimentavam-se pouco e andavam em andrajos, havendo muitos que nem roupa de cama possuíam. Mesmo assim, unidos na fé, assumiram o compromisso de concluir a construção da Igreja e financiar a busca de padres no além-mar (Righi et al., 2001, p. 90).

E, quando comparados os seus valores e estilos de vida com os atuais, mais os antigos são idealizados. O tempo dos “antigos”, contudo, não é um tempo absoluto. É antes uma forma narrativa demarcadora de estilos de vida, de formas de ser e estar no mundo. Por exemplo: para alguns descendentes, os antigos poderiam ser os pioneiros, para outros, os avós, e para outros, os próprios pais. Para aqueles que haviam feito a passagem do meio rural para o urbano, por vezes, o “mundo dos antigos” era, em verdade, o mundo rural, marcado pela campesinidade, na qual uma lógica de

⁹ Contudo, houve uma presença marcante de maçons entre os imigrantes, fato já estudado por historiadores locais (Vescio, 2001).

vida atrelada ao catolicismo e ao trabalho com a terra estava demarcada. Quem eram os antigos, afinal?

Como era passado assim... eles explicavam que tinha que ser assim como era antigamente... aquelas coisas que eles trouxeram de lá... aquele ensinamento, né? Quais os valores... Os valores melhor deles eram o amor e a religião, eles eram assim uma coisa demais, até a gente ficava assim, depois que a gente tava maior, dizia: Mas como? Será que a gente tem é medo? Mas não, o que tinham que viver é o amor verdadeiro, o respeito a Deus e Nossa Senhora e aquela coisa, e o trabalho, né? Que o trabalho em primeiro lugar... (Beatrice, descendente, 70 anos).

O trabalho, seja em termos rememorativos ou na construção atual dos descendentes, é um elemento vital nas fronteiras adscritivas. Ser italiano é ser trabalhador. Contudo, a noção de trabalho varia conforme a posição atual do narrador, mas é sempre fartamente lembrada e ressaltada:

porque eles reconhecem que o italiano é gente que trabalha, que quer progredir e não roubar ou esbanjar, querem progredir, fazer progresso para o amanhã... (Seu Bernardo, 85 anos, descendente).

A noção de um “eu”/“nós” descendente é, em verdade, uma construção que se faz partindo do narrador. Enfatizar ou omitir detalhes e características dos antepassados interessa de acordo com a posição que o descendente atual ocupa. Assim, membros da mesma família, conforme a classe social, narravam-me histórias que colocavam o pioneiro ora como um revolucionário, ora como um camponês pobre, ora como uma pessoa muito religiosa. Enfim, a leitura do passado era filtrada pelos elementos que o descendente considerava significativos em seu presente particular. Mais importante que os fatos realmente terem acontecido era a possibilidade de recriação imaginária que ser descendente possibilitava. Concordaria, assim, com Canclini ao afirmar que, nas ciências sociais contemporâneas, a identidade surgiria, não como uma “essência intemporal” que se manifestaria, mas sim como “uma construção imaginária que se narra” (1996, p. 124). As identidades étnicas de descendente de italiano eram recriações legítimas, sustento eu, porque fortemente carregadas de sentido para quem as narra. Enquanto antropóloga, não me preocupava em procurar (ou desvendar) o “verdadeiro” ou “falso” nas reconstruções históricas, apesar de, em muitas situações, datas, idades e eventos não se encontrarem cronologicamente e me exigirem um esforço imenso para interpretar o porquê daquelas construções narrativas. Aprendi a me perguntar a razão de aquele evento

estar sendo narrado para mim, e porque estaria sendo narrado daquela forma e não de outra. Essas identidades, que seriam híbridas segundo Canclini, são devedoras dos meios de comunicação. Nesse aspecto, concordo plenamente com o autor, pois, em minha pesquisa etnográfica, tornou-se visível o quanto a imprensa local, o rádio e a televisão influenciam e dialogam com as noções locais de pertencimento, ora reforçando-as, ora fazendo com que os descendentes criassem linhas demarcatórias, tais como “nós, os italianos daqui” e “eles, os italianos de lá”. Essa divisão ficou marcadamente frisada, como já salientado, durante a exibição da novela *Terra Nostra*, quando, no desenrolar da trama, as noções de família, casamento, sexualidade e alimentação não coincidiam. Eles eram italianos, mas “italianos de lá”. Os daqui seriam mais religiosos, mais apegados à família e mais trabalhadores. Continuo concordando com Canclini, ao salientar que as identidades são co-produções, no sentido de que se refazem constantemente por serem um “relato que reconstruímos” (1996, p. 149). De que forma se processam essas reconstruções, quais os agentes envolvidos, quais os sinais diacríticos selecionados e de que forma, penso que são algumas das questões para as quais os antropólogos devem estar atentos nas pesquisas com grupos étnicos, mesmo que isso, muitas vezes, faça-nos retornar a campo inúmeras vezes, como fiz.

Especialmente para aqueles grupos que sofreram determinadas situações repressivas, como os italianos locais durante o período do Estado Novo (1937-1945) e da II Guerra Mundial, “reinventar tradições” (Hobsbawm e Ranger, 1997, p. 9) é um processo de seleção do que se almeja positivar e visibilizar. Redesenhar o passado, refazer itinerários se torna, para alguns, uma forma de resgate da auto-estima e do respeito aos antepassados. E mais, diria eu, um prazer, um processo no qual encontram imenso deleite. Parafrazeando Bachelard (1994, p. 42), diria que, nesses instantes, uma obra se faz num tempo lacunar e dialético. Obra ritmada, descontínua, dilacerada por vezes, mas ancorada em muitos tempos vividos e pensados. Para mim e para as pessoas com as quais convivi, tempos fortemente sentidos também.

Durante o período do Estado Novo, especialmente após o Brasil declarar guerra ao Eixo (formado por Japão, Itália e Alemanha), muitos descendentes foram perseguidos, casas invadidas, documentos destruídos. Foi um processo que se desenvolveu muito fortemente no universo doméstico. Foram as próprias famílias, com medo de perseguições, que destruíram fotos, documentos, livros que pudessem ser interpretados como sinais de “traição” à nação brasileira naquele contexto. Algumas famílias esperaram décadas para poder refazer seus itinerários migrantistas. Para outros descendentes, essa vontade foi calada e transformada em desejo de ascensão social. Na pesquisa,

muitos relatos remetiam a acontecimentos dessa época. Se as narrativas não eram da própria família, eram de “ouvir falar”, de “outros”. Muitos presos foram estigmatizados após esse período, e as famílias se ressentiam de tais acontecimentos, sentindo-se humilhadas. De alguns anos para cá, devido ao trabalho das entidades italianas, algumas prisões se transformaram em sinal de orgulho para as famílias, que incorporaram esses acontecimentos à vida doméstica, repassando-os entre gerações como motivo de distinção e orgulho familiar. A representação sobre o passado foi trabalhada, possibilitando uma narrativa positivada dos seus acontecimentos.

Compreendo que as memórias são construções que os indivíduos fazem, no presente, sobre o passado (Halbwachs, 1990). Contudo, entendo que os esquecimentos, silenciamentos, enquadramentos ou quaisquer outras formas transitam entre o nível consciente das negociações nos mercados de bens simbólicos locais, como também nas inconsciências¹⁰. Há negociações que escapam à valoração imediata dos bens simbólicos. Muitas entrevistas que fiz foram marcadas pelo choro, pelas lágrimas, pela saudade, por tantas forças que jamais conseguirei alcançar em termos de entendimento. Eu era um agente rememorador também, buscando ali, com minhas perguntas, sentido para as ações de outros. Assim, conforme já bem salientado por Pollak, memórias e identidades podem ser negociadas e não devem ser compreendidas como “essência” de uma pessoa ou de um grupo (1992, p. 204). Eu estava ali, permitindo que as memórias efetuassem sobre si mesmas o que Pollak denomina de um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade e de organização (1992, p. 206)¹¹.

Onde estão as memórias? Pertencimento e reivindicação

Reivindicar italianidade é um processo que, em nível local e de uma maneira mais demarcada, remonta à década de 80 do século passado. Em nível regional, o processo se deu em 1975, após os festejos do centenário da imigração italiana para o estado. Os descendentes já bem posicionados econômica e socialmente consideraram válido refazer a narrativa histórica de seus antepassados no Rio Grande do Sul. Compreendo que houve a produção de uma nova discursividade sobre a italianidade que positivou sobremaneira a participação do imigrante italiano no

desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Eleger quais sinais diacríticos seriam eleitos nos diferentes locais de migração fez parte de um processo de agentes locais. Concordo com Monteiro ao assinalar que a multiplicação acelerada das reivindicações de “identidades etnicamente fundadas” tornou evidente que a identidade era uma “performance simbólica capaz de realizar politicamente a realidade que se propunha a elucidar” (1997, p. 60). A identidade pode se transformar num grande jogo simbólico, e penso que os descendentes por mim estudados compreendem e “manipulam” o processo de manutenção de fronteiras adscritivas. Digo “manutenção” porque, embora os sinais diacríticos mudem e não necessariamente façam parte de um universo da “cultura de origem italiana”, como a polenta, por exemplo, esse é um discurso mantido entre gerações e com sentido para o grupo. Não há uma criação de elementos aleatória, mas sim seleção de elementos que possuem significado para o grupo. Por isso, entendo que um dos elementos mais ricos de se analisar é a forma como os grupos étnicos negociam e acionam suas identidades entre si nos domínios das fabricações e dos agenciamentos.

Em que momentos é lucrativo visibilizar um pertencimento? Em que momentos não? Compreendo a etnicidade como um campo (Bourdieu, 1983) no qual há forças e agentes disputando poderes e espaços. Diria que tais disputas se processam tanto na relação dos grupos com os demais grupos quanto no interior dos mesmos, quando ocorrem eleições de sinais diacríticos, bem como de enquadramento de memórias coletivas. Por isso, a complexidade de tais processos, pois não há identidades definidas e fechadas. Há uma constante negociação e os próprios descendentes dinamizam o processo de dentro para fora. Em minha pesquisa, uma das disputas mais comuns observada acontecia entre aqueles descendentes que utilizavam elementos culinários para reivindicar italianidade e aqueles que definiam tais reivindicações como “cultura da polenta”, querendo salientar que a italianidade era algo muito maior que gastronomia. Percebi que nessas disputas residiam questões de classe, estilo de vida e também de *status*. Para os descendentes de camponeses pobres, embora alguns fossem membros de classes médias e alta, não fazia sentido reivindicar italianidade sustentada numa Itália culta, rica e cheia de arte. A Itália que fazia sentido para eles era a Itália rural, portanto, os elementos selecionados, mesmo que não fizessem parte da Itália no passado, como a polenta, por exemplo, remetiam ao mundo dos antigos, no qual a italianidade fazia sentido e era carregada de forte sentimento de “origem”.

¹⁰ Sobre isso, Pollak já ressaltava: “Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente, um trabalho de organização” (1992, p. 204). Essa organização, creio eu, possui lógicas diversas, algumas mais, outras menos pragmáticas.

¹¹ Poderia perguntar-me então, o que seria memória? Responderia fazendo uso de Rouso, ao enfatizar que o atributo mais imediato da memória é garantir “a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros” (2000, p. 95). Nada mais simples e mais complexo, diria eu.

Outro aspecto relevante foi observar e acompanhar processos de obtenção de dupla cidadania. Para alguns, a dupla cidadania era importante, mas para outros ela não expressava nada. A italianidade estaria no nível das sensibilidades e não do direito necessariamente:

Ah, em relação ao sentimento eu acho que, acho que não precisa ter a cidadania italiana pra ter esse sentimento. Eu tenho, está no meu sangue. Isso corre nas veias, pra esse amor. À madre pátria (risos), eu acho que está no sangue e é um sentimento que ninguém pode nos tirar. Agora, eu, eu, por exemplo, eu gostaria de morar na Itália por uns tempos, mas não, mas eu... A pessoa se sente mais brasileiro e sente mais amor aqui, ao Brasil. Eu acho que o Brasil é um dos melhores países pra se viver porque a gente pode viver, pelo que a gente lê, pelo que a gente viu é um país maravilhoso, pena que nós temos tantos problemas ainda. Em muitos aspectos é insuperável, a gente pode sair aí, dizer que é melhor lá, não! (Caterina, descendente, 50 anos).

Contudo, no interior das famílias que se propunham a requerer dupla cidadania, havia toda uma rede de sociabilidades que se articulava: a busca pelos parentes mais velhos conhecedores das histórias familiares, as viagens à Itália em busca de documentos, o estudo da língua italiana, uma cruzada por certidões no interior do estado, realizada por famílias procedentes de outras regiões que não a IV Colônia. Acompanhei disputas por documentos e informações no interior de famílias marcadas pelo processo de obtenção da dupla cidadania. Para os jovens, ela era especialmente atrativa como investimento para estudos e viagens. Para os mais idosos, tratava-se simplesmente de obter algumas vantagens em viagens internacionais e de possuir o passaporte italiano, um símbolo de distinção que era acionado em nível local. Em termos quantitativos, os descendentes por mim pesquisados não faziam questão de ter cidadania italiana, queriam somente ser valorizados em suas origens distintas e poder manter suas formas de pertencimento e seus estilos de vida.

O pertencimento italiano, em minha compreensão, teve um respaldo muito grande entre as camadas médias porque foi interpretado como uma “opção”. Ou seja, a partir do itinerário imigrantista permitido pelo pioneiro, os indivíduos poderiam refazer seus próprios itinerários também, de acordo com os recursos discursivos possíveis e admissíveis para cada grupo ou família. Em muitas situações, o passado se tornava uma moeda de troca para negociar

situações adversas no presente, era dele que se retirava força e exemplo para vencer obstáculos. Esse era um discurso muito comum entre pais e filhos, que procurava salientar o quanto os antepassados lutaram para que eles tivessem as oportunidades atuais e o quanto deveriam saber valorizá-las e enfrentar as dificuldades cotidianas.

Eu fui apresentada a um sem-número de relíquias do passado migrante, em especial casas, nem sempre habitadas, mas referenciadas. Elas eram espaço do que denominei de “encontros de si”, de possibilidades de devaneios, uma certa imensidão íntima (Bachelard, 1996, p. 189). Algumas dessas relíquias eram guardadas com muito cuidado, outras nem tanto. Mas todas eram portadoras de “mana” (Mauss, 1974), de uma sacralidade única. Por vezes, era de um galpão que surgiam papéis, fotos, documentos, pedaços do passado. De caixas de camisa, de álbuns luxuosos, de gavetas e cantos. Foram muitos os pequenos universos guardados que conheci em minha pesquisa. Algumas fotografias me surpreenderam, como a de um menino em um caixão, irmão de uma descendente. Essa senhora, com a qual convivi algum tempo, ao me mostrar essa foto, fez com que a noção de tempo repousasse ali. Era essa foto e essa história que ela queria me narrar naquele dia¹². Detalhes, pessoas e sentimentos ali expressos, numa narrativa querendo partilha¹³. Fui apresentada a rezas, receitas, vestimentas, ferramentas, papéis, santinhos, móveis, sementes, histórias, livros, músicas, “canconetas”, provérbios, documentos etc. Alguns guardiões de memórias, como denominei aqueles membros que se empenhavam em preservar as histórias familiares, possuíam espaços em suas casas para rememorar, tamanha a importância dessa atividade em suas vidas. Uma de minhas visitas foi marcada pela apresentação de uma mesa de cozinha, que seria “do tempo dos antigos”. Enquanto a descendente, uma senhora com mais de 80, falava comigo, atirou uma salsicha para o interior da gaveta, mostrando, de fato, a real utilidade daquele móvel, ou seja, proteger determinados alimentos de insetos, animais e pequenas sujeiras. Embora uma geladeira pudesse efetuar o mesmo cuidado e ainda conservar o alimento com maior qualidade, ela guardava carne na gaveta da mesa como aprendera. Não foi um ato intencional, para a antropóloga ver, penso eu, ela estava desempenhando suas tarefas cotidianas e falando comigo, provavelmente fazia isso todos os dias. Compreendo que, enquanto esses objetos fizerem parte da vida diária das pessoas, dialogam com formas de ser das gerações anteriores e trazem ao cotidiano uma certa noção de forma de ser contínua no tempo, mesmo que artificial aos olhos do pesquisador, como no caso da relação

¹² Segundo Samain, analisando também a relação entre fotografia e morte, “A fotografia - e, muito fortemente, também, a história oral - tem o privilégio de saber reavivar, com particular vigor, blocos de lembranças enterradas nas nossas memórias; a fotografia tanto quanto a história oral, ao ressuscitar essas lembranças, no-la dão a pensar e a repensar, a partir de outros horizontes vivenciais adquiridos entrementes: o que temos vivido, o que temos aprendido...com poucas palavras: nossa história individual e nossa história coletiva” (Samain, 2002, p. 3).

¹³ Para Guran, “a função da fotografia é a de destacar um aspecto de uma cena a partir do qual seja possível se desenvolver uma reflexão objetiva sobre como os indivíduos ou os grupos sociais representam, organizam e classificam as suas experiências e mantêm relações entre si. Seu papel mais importante como método de observação, convém sublinhar, não é apenas expor aquilo que é visível, mas sobretudo tornar visível o que nem sempre é visto, como observou Paul Klee com relação à pintura (Read, H., 1985)” (Guran, 2002, p. 4).

entre a mesa e a conservação do alimento, entre espaço e suas formas de utilização e compreensão.

Considerações finais

Pelo aprendizado obtido durante a etnografia, posso concordar com Pollak (1992) e afirmar que a memória é um fenômeno construído coletivamente e submetido a muitas flutuações, transformações e mudanças constantes. No entanto, diria também que o papel dos agentes que selecionam a memória é de vital importância nesses enquadramentos e processos seletivos. A classificação por eles efetuada, dotada de sentido e legitimada pelo grupo, é o que facilita sua eficácia e seu alcance em termos narrativos. Porém, não se deve negligenciar o fato de que, para os descendentes, individualmente, refazer continuamente a saga dos migrantes partindo-se das dificuldades que enfrentaram é algo extremamente positivo e prazeroso. A narrativa se torna exemplo, os atributos da identidade étnica, “guias para a ação” e o descendente, um narrador (Benjamin, 1985), dando-se, como ressalta Ricouer (1991, p. 170), o passo decisivo de uma concepção narrativa da identidade pessoal quando se passa da “ação ao personagem”. A fome que os antepassados passaram, o frio, as incertezas, o tanto de trabalho que tiveram que realizar para a família sobreviver, a mata que derrubaram, as casas que construíram, as roças que plantaram, as estradas que abriram, entre tantos outros elementos, fazem parte do itinerário imigrantista que é incorporado como valor às trajetórias individuais. Diria que é uma discursividade étnica centrada no trabalho e na noção de colonização civilizadora bem-sucedida. Mesmo em famílias nas quais não se observava uma revivificação acentuada, com membros cursando italiano ou fazendo parte das entidades, era comum se observar o discurso sobre o passado enfatizar a “força de vontade” dos antigos e sua capacidade empreendedora¹⁴. Essa valorização, para além de um “nós” coletivo do qual se espraia, deseja valorizar e positivar as trajetórias individuais daquele que narra. Nesse sentido, poderia considerar cada descendente, na recriação que faz do passado, um artista e dizer que, na sociedade em que vivemos, individualista e intimista (Sennet, 1998), os descendentes de italianos se tornam atores em potencial que valorizam a si mesmos ao valorizarem suas memórias de origem.

Referências

- BACHELARD, G. 1994. *A dialética da duração*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 135 p.
 BACHELARD, G. 1996. *A poética do espaço*. São Paulo, Martins Fontes, 242 p.

- BENJAMIN, W. 1985. *Magia e técnica. Arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas. Vol 1, São Paulo, Brasiliense, 256 p.
 BORGES PEREIRA, J.B. 1987. O imigrante italiano no mundo rural paulista (uma visão antropológica do processo migratório). In: L. DE BONI (org.), *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre, EST; Fondazione Giovanni Agnelli, Milano, p. 224-250.
 BOURDIEU, P. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 208 p.
 BARTH, F. 2000. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: T. LASK, *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa Livraria, p. 25-67.
 CANCLINI, N.G. 1996. *Consumidores e cidadãos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 289 p.
 HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, 187 p.
 HOBBSAWM, E. e RANGER, T. (orgs.). 1997. *A invenção das tradições*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 316 p.
 GURAN, M. 2002. Considerações sobre a constituição do corpus fotográfico em uma pesquisa antropológica. In: Encontro Anual da Anpocs, GT 01, A produção, a leitura-recepção e os usos da imagem em ciências sociais, XXVI, Caxambu, MG. *Anais...*, Caxambu, Anpocs, CD-ROM.
 IANNI, C. 1963. *Homens sem paz. Os conflitos e os bastidores da imigração italiana em São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 246 p.
 LORENZONI, J. 1975. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre, Sulina, 263 p.
 MAUSS, M. 1974. *Sociologia e Antropologia*. Vol. 1, São Paulo, EPU, 241 p.
 MOCELLIN, M.C. 1993. *Narrando as origens: um estudo sobre a memória mítica entre descendentes de imigrantes italianos da região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 202 p.
 MONTERO, P. 1997. Globalização, identidade e diferença. *Novos Estudos Cebrap*, 49:47-64.
 POLLAK, M. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10):200-212.
 POZZOBON, Z.F. 1997. *Uma odisséia na América*. Caxambu do Sul, EDUCS, 309 p.
 PRADO JUNIOR, C. 1987. *História econômica do Brasil*. 35ª ed., São Paulo, Brasiliense, 364 p.
 RICOEUR, P. 1991. *O si-mesmo como um outro*. São Paulo, Papirus, 432 p.
 RIGHI, J.V.; BISOGNIN, E.L. e TORRI, V. 2001. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre, EST, 696 p.
 ROUSSO, H. 2000. A memória não é mais o que era. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO, *Usos e abusos da história oral*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 93-101.
 SAHLINS, M. 1990. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar, 218 p.
 SAMAIN, E. 2002. Em torno de um álbum fotográfico: representação e memória. In: Encontro Anual da Anpocs, GT 01, A produção, a leitura-recepção e os usos da imagem em ciências sociais, XXVI, Caxambu, MG. *Anais...*, Caxambu, Anpocs, CD-ROM.

¹⁴ Fato também encontrado na pesquisa de Mocellin com descendentes de imigrantes italianos da serra gaúcha: “Na fala dos colonos, as dificuldades enfrentadas servem de modelo de conduta para as gerações seguintes, como uma das condições necessárias para formar uma família e mantê-la. Novamente, as dificuldades assumem um aspecto positivo” (1993, p.134).

- SANTOS, M.S. dos. 1998. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38):151-165.
- SENNET, R. 1998. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo, Cia. das Letras, 448 p.
- SEYFERTH, G. 1990. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília, EdunB, 103 p.
- VESCIO, L.E. 2001. *O crime do padre Sório*. Santa Maria, Edufsm; Porto Alegre, Edufrgs, 327 p.

Submetido em: 23/01/2007

Aceito em: 12/03/2007